

Plano de Recuperação Judicial

Albertina Martins Pereira Freccia Ltda. (CNPJ: 02.171.199/0001-46)

Roberto Brunato Freccia Ltda. (CNPJ: 05.694.429/0001-40)

Sofia Freccia Confecções Ltda. (CNPJ: 24.262.027/0001-10)

Processo n. 5003439-20.2020.8.24.0282

Tubarão/SC, 2021.

1. Introdução

O presente plano de recuperação judicial é apresentado aos credores, fornecedores, bem como aos trabalhadores e aos interessados no processo de recuperação judicial das empresas Albertina Martins Pereira Freccia Ltda., Roberto Brunato Freccia Ltda. e Sofia Freccia Confeções Ltda.

2. Conceito de Recuperação Judicial

Segundo CASTELLANI (2008), o instituto da recuperação judicial pode ser entendido como:

[...] conjunto de medidas jurídicas, econômicas, administrativas e organizacionais tendentes a reestruturar e recuperar uma atividade empresarial em crise, mantendo a fonte de produção, de emprego e de interesses dos credores e garantindo, ainda, a preservação da função social da empresa. Aliado a isso, podemos entender a recuperação como a medida judicial, de iniciativa, exclusiva do devedor, tendente a reunir e renegociar as dívidas do empresário.

Denota-se, então, que a recuperação judicial é um conjunto de medidas, de **iniciativa exclusiva do devedor**, que objetivam reestruturar e recuperar uma atividade empresarial que se encontra em crise.

Outrossim, a Lei de Falências e Recuperação de Empresas possui como objetivo principal a recuperação do empresário devedor, considerando a **função social da empresa**, além da **manutenção de empregos**, o interesse dos credores, visando à **preservação da economia**, bem como da sociedade em geral, conforme disciplina o artigo 47 da mencionada lei.

Art. 47. A recuperação judicial tem por objetivo viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica. (BRASIL, 2005).

Nota-se que o legislador se preocupou também com a manutenção de empregos e com o interesse dos credores, pois a **finalidade da recuperação judicial é a preservação dos negócios sociais e estimular a atividade empresarial**.

Nesse sentido, o doutrinador MAMEDE (2008) aduz que o instituto da recuperação judicial objetiva:

[...] viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica.

Para complementar o conceito do ilustríssimo doutrinador vale transcrever os ensinamentos de VIDO (2015, p. 438, grifo no original):

A recuperação de empresas tem por objetivo 'viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, a fim de permitir a **manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores**, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica'. (grifo nosso)

Por fim, não poderíamos deixar de transcrever os dizeres de FAZZIO JÚNIOR (2005, p. 97):

Recuperar significa readquirir, reconquistar, reaver, recobrar. A palavra traz o sentido de restauração. A LRE optou pela denominação Recuperação Empresarial, precisamente para designar o restabelecimento da normalidade da atividade econômica. Poderia ter escolhido reorganização, ou, até mesmo, reestruturação. Ficou mesmo com recuperação, portanto, elegendo conotação de procedimento destinado a restaurar a saúde financeira da empresa.

Pelo exposto, tem-se que a recuperação judicial é um **procedimento preventivo** que consiste na restauração da saúde financeira da empresa que está em crise, tendo como principal objetivo preservar a relação empregatícia e toda a cadeia de fornecedores que dela dependa, mas acima de tudo, objetiva **evitar a falência**, tendo em vista que esta destina-se às empresas irrecuperáveis.

3. Importância dos Credores na Recuperação Judicial

É indispensável a discussão entre as empresas recuperandas e os credores para que se encontre uma solução adequada para a preservação e recuperação das empresas, através da aprovação do presente plano de recuperação judicial ou através de plano alternativo, seja pelas empresas

recuperandas ou pelos credores que não concordarem com o plano em comento, a ser apresentado em assembleia geral de credores a ser designada.

Por este motivo, é importante que os credores participem ativamente na tomada de decisões para a manutenção e preservação das atividades desenvolvidas pelas empresas recuperandas.

Inclusive, os credores podem entrar em contato com os advogados responsáveis pela condução do processo de recuperação judicial através do e-mail contato@cardozo.net.br para enviar propostas alternativas para discussão, bem como críticas e sugestões.

4. Breve Resumo do Histórico da Crise Vivenciada pelas Empresas Recuperandas

As empresas recuperandas sempre se mantiveram estáveis no mercado em que atuam. Todavia, com a retração da economia nacional e a redução da disponibilidade de crédito no mercado, foram significativos para a atual situação econômico-financeira das recuperandas.

A abrupta e inesperada retração da economia nacional somada a declaração de pandemia mundial declarada pela OMS em 11 de março de 2020, bem como o estado de calamidade pública decretado por médio do Decreto Legislativo n. 6 de 2020, em razão do COVID-19, afetou diretamente no faturamento das empresas brasileiras.

Certamente, as empresas recuperandas também foram impactadas, ocasionando a quebra da expectativa de retorno aos investimentos, não alcançando o ponto de equilíbrio planejado pelas empresas, potencializando a gravidade da saúde financeira de todas as recuperandas.

5. Preceitos de Compreensão e Definições

Para melhor compreensão do assunto, necessário se faz prestar alguns esclarecimentos acerca das definições estabelecidas no presente plano de recuperação judicial.

5.1. Preceitos de Compreensão

- **Anexos e Cláusulas:** Salvo previsão expressa, as cláusulas e anexos mencionados no presente plano de recuperação judicial se referem aos anexos e cláusulas do próprio plano.
- **Disposições Legais:** As disposições legais e demais legislações pertinentes devem ser interpretadas como referências a essas disposições, tais como vigentes ou data determinada pelo contexto.
- **Interpretação:** As regras de interpretação em relação as palavras “incluem”, “incluindo” e/ou qualquer outro termo sinônimo, devem ser interpretados como: “mas não se limitando a”.
- **Prazos:** Os prazos previstos no presente plano de recuperação judicial deverão ser contados nos termos do artigo 224 do Código de Processo Civil, o qual afirma: “*Salvo disposição em contrário, os prazos serão contados excluindo o dia do começo e incluindo o dia do vencimento.*” Se o prazo inicial cair em dia considerado não útil, independentemente de se tratar de prazo contado em dia útil ou não, deverá iniciar a sua contagem no dia útil subsequente.
- **Referências:** Salvo disposição contrária, as referências a qualquer documento e/ou instrumento devem incluir os respectivos aditivos consolidações e complementações.
- **Títulos:** Os títulos dos capítulos e das cláusulas previstas no presente plano de recuperação judicial foram redigidos especificamente para referência, não podendo afetar o conteúdo de suas previsões.

5.2. Definições

- **Aprovação do Plano de Recuperação Judicial:** O presente plano de recuperação judicial será submetido à aprovação em assembleia geral de credores ou na data da publicação da decisão judicial que homologar referido plano.

- **Assembleia Geral de Credores:** É o órgão deliberativo, formado pelos credores sujeitos ao processo de recuperação judicial e de formação obrigatória.

- **Crédito:** São todos os créditos existentes na data o pedido de recuperação judicial ou cujo fato gerador seja anterior ao pedido, independentemente de: (i) estar vencido ou não; (ii) de estar incluído ou não na relação de credores; (iii) de estar em discussão *sub judice* ou não. Os créditos não abrangidos pela recuperação judicial, seja por previsão legal e/ou por decisão judicial, não estão incluídos na definição de “crédito”.

- **Créditos Trabalhistas:** São os créditos dos credores trabalhistas (art. 41, inciso I, da Lei n. 11.101/2005);
- **Créditos com Garantia Real:** São os créditos dos credores com garantia real (art. 41, inciso II, da Lei n. 11.101/2005);
- **Créditos ME/EPP:** São os créditos dos credores ME/EPP (art. 41, inciso IV, da Lei n. 11.101/2005);
- **Créditos Quirografários:** São os créditos dos credores quirografários (art. 41, inciso III, da Lei n. 11.101/2005);
- **Créditos Extraconcursais:** São os créditos dos credores extraconcursais (art. 49, parágrafos 3º e 4º da Lei n. 11.101/2005);

- **Lista de Credores:** É a relação de credores divulgada pelo administrador judicial, a qual pode sofrer alteração, em razão de eventuais habilitações e/ou impugnações.

- **Obrigações Ilíquidas:** São as obrigações, cujo valor é incerto em razão de discussão judicial e/ou arbitral na data do pedido de recuperação judicial.

- **Dia Útil:** É considerado dia útil os dias que não caem nos finais de semana (sábado e domingo), bem como os dias que as instituições financeiras estão obrigadas a permanecer abertas na cidade de Jaguaruna/SC.

- **Data do Pedido de Recuperação Judicial:** O pedido de recuperação judicial foi ajuizado no dia 24 de novembro de 2020.

- **Juízo da Recuperação Judicial:** O juízo universal é o juízo da 1ª Vara da Comarca de Jaguaruna/SC.

- **Homologação do Plano de Recuperação Judicial:** É a decisão que concede o pedido de recuperação judicial, conforme previsão do art. 58, *caput* e parágrafo 1º da Lei n. 11.101/2005. A homologação do plano de recuperação judicial ocorrerá na data da publicação da decisão que concede a recuperação judicial.

- **Laudo de Viabilidade Econômico-Financeira:** O Laudo de Viabilidade Econômico-financeira, foi confeccionado nos termos do artigo 53, inciso III, da Lei n. 11.101/2005.

- **Laudo de Avaliação de Bens e Ativos:** O Laudo de Avaliação de Bens e Ativos, foi confeccionado nos termos do artigo 53, inciso III, da Lei n. 11.101/2005;

- **Lei n. 11.101/2005:** É a Lei que regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária.

- **Plano:** É o presente plano de recuperação judicial.

6. Transparência nas Informações Prestadas

Como se sabe, a condução transparente do processo de recuperação judicial é fundamental para o seu sucesso.

Em razão disso, importante dizer que todos os livros contábeis e financeiros foram devidamente disponibilizados através de relatórios, permitindo assim, análise correta dos motivos que levaram as empresas recuperandas à situação atual.

Com isso, é possível concluir que as informações são confiáveis e se adequam às exigências legais.

Importante esclarecer que todos os documentos em comento estão à disposição dos credores, os quais podem solicitar ao administrador judicial, a qualquer tempo.

7. Conclusões Preliminares

Conforme restará demonstrado com o presente plano de recuperação judicial, as empresas recuperandas têm condições de equalizar o seu passivo se mantida em pleno funcionamento. Se forem liquidadas, não possuem condições de arcar com o pagamento de todos os seus credores.

8. Plano de Recuperação Judicial

8.1. Planejamento Operacional

As empresas recuperandas redefiniram suas operações, adequando o tamanho de sua estrutura à atual situação/restrrição financeira somado a necessidade de pagamento dos credores. Em razão do exposto, a seguir, serão apresentados alguns princípios que serão utilizados para a elaboração do presente plano de recuperação judicial.

- **Obtenção de Financiamentos e Continuidade de Fornecimento de Produtos e Serviços**: as empresas recuperandas poderão firmar financiamentos, nos termos do artigo 67 da Lei n. 11.101/2005, de capital de giro e/ou aquisição de produtos e serviços por parte de seus credores, sejam operacionais ou financeiros na forma de dívida para atingir a capacidade operacional prevista.

Esses financiamentos poderão ser firmados com os credores e/ou com terceiros. Se os credores sujeitos aos efeitos da recuperação judicial em comento emprestarem recursos as empresas recuperandas, ou comprar e/ou vender produtos, ou prestar serviços com recebimento a prazo, se tornarão novos financiadores.

- **Modificação das Condições de Pagamento dos Créditos Sujeitos ao Plano de Recuperação Judicial dos Credores “Novos Financiadores”**: Além da proteção prevista no artigo 67 da Lei n. 11.101/2005, os credores denominados novos financiadores terão direito a melhorar a condição de seu crédito na recuperação judicial, desde que desembolse tempestiva e integralmente o montante, em dinheiro, serviços ou produtos, que lhe couber nos novos financiamentos.

A melhora da condição do crédito sujeito à recuperação judicial será livremente negociada entre as empresas recuperandas e os novos financiadores, assim como guardará proporcionalidade às seguintes variáveis, aplicáveis aos novos financiamentos: (i) montante do capital. Serviço ou produto ofertado; (ii) carência/prazo; (iii) taxas; (iv) prazos de pagamento; e, (v) garantias exigidas.

8.2. Meios de Recuperação

Para que as empresas recuperandas possam honrar suas obrigações vencidas e a vencer constantes no plano em comento, oferecem, conjuntamente, os seguintes meios, os quais se encontram no artigo 50 da Lei n. 11.101/2005:

- Equalização dos encargos financeiros relativos e financiamentos, transação desses valores, nos termos do artigo 50, incisos IX e XII, da Lei n. 11.101/2005;
- Dilação de prazos das obrigações devidas, com redução linear, negocial de valores devidos, meio imprescindível, pela absoluta falta de capital para disponibilização imediata para pagamento dos créditos, nos termos do artigo 50, inciso I, da Lei n. 11.101/2005;

8.3. Classificação Especial dos Credores para o Plano de Recuperação Judicial

De acordo com a legislação aplicável ao caso em apreço, qual seja, lei n. 11.101/2005, os credores são divididos nas seguintes classes:

- (i) Credores trabalhistas;
- (ii) Credores com garantia real;
- (iii) Microempresas e empresas de pequeno porte;
- (iv) Credores quirografários;

Vale dizer que cada credores possui importância para regular continuidade das relações negociais das empresas recuperandas, e cada credor, da mesma forma que a sociedade, tem uma contribuição para dar a reestruturação da empresa, em razão de sua capacidade de assimilar determinada negociação ou redução nos valores a serem adimplidos, cumprindo assim, os objetivos da Lei.

8.4. Princípios para TODOS os Credores

Para que as obrigações possam ser cumpridas, é necessário estabelecer alguns princípios que devem ser aplicados a todo o passivo das empresas recuperandas.

- **Primeiro:** A data base para início da implantação do plano de recuperação judicial em comento é o dia **25 (vinte e cinco) do mês seguinte ao da publicação da decisão judicial que homologa a aprovação definitiva do plano de recuperação judicial.**

- **Segundo:** Todos os valores considerados para os cálculos financeiros estão referenciados ao último dia do mês da data do deferimento do pedido de processamento da recuperação judicial, sem juros e sem correção, considerando-se como passivo o montante encontrado pelo administrador judicial, ou ainda a ser definido em eventual habilitação/impugnação.

- **Terceiro:** Caso haja alteração no valor dos créditos apresentado no presente plano de recuperação judicial ou inclusão de novos créditos, tais créditos serão liquidados na mesma forma que os demais inseridos naquela classe, considerando-se o valor, classificação do crédito, prazo e desconto. Vale dizer que há previsão de contingência no próprio fluxo de caixa projetado.

- **Quarto:** Aprovado o presente plano de recuperação judicial, ocorrerá a suspensão e não a supressão de todas as garantias fidejussórias e reais existentes atualmente em favor dos credores, as quais permanecerão intactas e poderão ser executadas **somente em caso de inadimplemento do plano.**

- **Quinto:** Aprovado o presente plano de recuperação judicial, ocorrerá a suspensão e não a supressão (até eventual inadimplência do plano de recuperação judicial), de avais, fianças e garantias assumidas pelos sócios controladores ou diretores das empresas recuperandas.

- **Sexto:** Aprovado o plano, **deverão ser extintas TODAS as ações** de cobrança, monitórias, execuções judiciais, ou qualquer outra medida tomada contra as empresas recuperandas **referente aos créditos novados pelo plano.**

- **Sétimo:** Como se sabe, o plano de recuperação judicial devidamente aprovado é um título executivo. Todavia, visando permitir a circularidade do crédito, as empresas recuperandas podem emitir títulos da dívida representativos das obrigações aqui estabelecidas, nos valores de cada prestação vincenda. Para isso, deverá o credor, após a aprovação do plano, requerer a emissão do título, através de comunicado para a direção da empresa.

- **Oitavo:** O plano de recuperação judicial poderá ser alterado, independentemente de seu cumprimento, a qualquer tempo, mediante realização de assembleia geral de credores, que pode ser convocada para tal finalidade, observando-se o que disciplina os artigos 48 e 58 da Lei n. 11.101/2005. O não cumprimento do plano não culminará em falência imediata das empresas recuperandas, devendo no caso, ser convocada assembleia geral de credores para deliberação sobre alteração ao plano ou eventual falência.

- **Nono:** Os créditos cobrados por médio de ações cíveis e trabalhistas que ainda não estejam liquidados no momento da elaboração do presente plano, que ultrapassem a monta de R\$ 3.000,00 (três mil reais), serão pagos nos termos do presente plano de recuperação judicial.

8.5. Proposta de Pagamento aos Credores das Recuperandas

8.5.1. Credores trabalhistas e verbas sindicais

Os credores trabalhistas e verbas sindicais serão pagos na forma abaixo descrita:

Desconto de 50% (cinquenta por cento) em média, composto da seguinte forma:

- Funcionários desligados com processo de execução finalizado e/ou a finalizar: desconto médio de 60% (sessenta por cento), referente ao artigo 477 da CLT, artigo 467 da CLT, aviso prévio, férias em dobro, danos morais, danos materiais, correções e multas;
- Funcionários desligados sem processo judicial: desconto médio de 40% (quarenta por cento), referente ao artigo 477 da CLT, aviso prévio, férias em dobro, correções e multas;

O pagamento dos créditos trabalhistas observará o previsto no artigo 50, inciso I c/c inciso XV da Lei n. 11.101/2005, sendo pagas as verbas estritamente salariais vencidas nos últimos 03 (três) meses antes do pedido da recuperação, em até 30 (trinta) dias até o limite de 05 (cinco) salários-mínimos vencidos nos últimos 03 (três) meses antes do pedido da recuperação e o saldo em 10 (dez) parcelas mensais do valor total do crédito de cada credor em 06 (seis) meses após a carência.

8.5.2. Credores com garantia real

Os credores com garantia real, as empresas recuperandas propõem um desconto de 70% (setenta por cento), sobre o saldo devedor consolidado pelo administrador judicial, com carência de juros e principal de 36 (trinta e seis) meses, contados da data base da homologação do plano de recuperação judicial.

O pagamento ocorrerá em 120 (cento e vinte) parcelas mensais, vencendo-se a primeira parcela após o período de carência, tudo devidamente corrigido pela Taxa Referencial (TR).

8.5.3. Credores quirografários

Os credores quirografários serão divididos em: (i) credores quirografários financeiros; e, (ii) credores quirografários fornecedores;

- **Credores quirografários financeiros:** Em relação aos credores quirografários financeiros, bancos, *factorings*, FIDCS e instituições financeiras em geral, as empresas recuperandas propõem um desconto de 80% (oitenta por cento), sobre o saldo devedor consolidado pelo administrador judicial, com carência de juros e principal em 36 (trinta e seis) meses, contados da data base da homologação do plano de recuperação judicial.

O pagamento ocorrerá em 120 (cento e vinte) parcelas mensais, vencendo-se a primeira parcela após o período de carência, tudo devidamente corrigido pela Taxa Referencial (TR).

- **Credores quirografários fornecedores:** Em relação aos credores quirografários fornecedores, cujas dívidas são provenientes de vendas de insumos e equipamentos, as empresas recuperandas propõem um desconto de 50% (cinquenta por cento), sobre o saldo devedor consolidado pelo administrador judicial, com carência de juros e principal de 24 (vinte e quatro) meses, contados da data base da homologação do plano de recuperação judicial.

O pagamento ocorrerá em 120 (cento e vinte) parcelas mensais, vencendo-se a primeira parcela após o período de carência, tudo devidamente corrigido pela Taxa Referencial (TR).

8.5.4. Credores ME/EPP (com ou sem garantia real)

Aos credores classificados como microempresa ou empresa de pequeno porte com ou sem garantia real, as Recuperandas propõem um desconto de 50% (cinquenta por cento), sobre o saldo devedor consolidado pelo administrador judicial, com carência de juros e principal de 24 (vinte e quatro) meses, contados da data base da homologação do plano de recuperação judicial.

O pagamento ocorrerá em 84 (oitenta e quatro) parcelas mensais, vencendo-se a primeira parcela após o período de carência, tudo devidamente corrigido pela Taxa Referencial (TR).

9. Descontos e Redimensionamento de Credores

Vale dizer que será necessário a realização de descontos e redimensionamento dos valores devidos aos credores consolidados pelo administrador judicial.

O total do desconto (ou deságio) estabelecido no presente plano de recuperação judicial levou-se em consideração vários critérios, os quais foram efetuados de forma individualizada e com base no histórico de cada credor.

Importante esclarecer que dentre os vários critérios acima mencionados, é o montante de juros já pagos, isto é, o histórico dos juros pagos, levando em alguns casos, a resultados de forma satisfatória, razão pela qual entendem as empresas recuperandas que referidos credores poderiam efetuar maiores concessões de prazo, carência e equalização de encargos financeiros, permitindo a reestruturação das empresas recuperandas.

10. Considerações Finais

Por fim, é possível concluir que o presente plano de recuperação judicial atende os requisitos do artigo 53 da Lei n. 11.101/2005, assim como atende aos interesses dos credores e permite que as empresas recuperandas continuem trabalhando, preservando assim a sua continuidade e função social.

Ademais, com a aprovação e homologação do plano de recuperação judicial, ocorrerá a novação de todas as obrigações sujeitas ao plano, assim como obriga as recuperandas e os credores ao cumprimento.

Por fim, com o objetivo de consentir e concordar com todos os termos aduzidos no presente plano de recuperação judicial, os sócios/diretores das

empresas recuperandas assinam este instrumento juntamente com procurador responsável pela confecção deste plano e condução do processo de recuperação judicial.

De Tubarão/SC, para Jaguaruna/SC, 10 de agosto de 2021.

(assinado digitalmente)

Marcelo Rocha Cardozo

OAB/SC 9.844

Roberto Brunato Freccia Ltda.

CNPJ: 05.694.429/0001-40

(Recuperanda)

Albertina M. Pereira Freccia Ltda.

CNPJ: 02.171.199/0001-46

(Recuperanda)

Sofia Freccia Confecções Ltda.

CNPJ: 24.262.027/0001-10

(Recuperanda)

AVALIAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A empresa ALBERTINA MARTINS PEREIRA FRECCIA é uma empresa individual de responsabilidade limitada, inscrita no CNPJ sob o nº 02.171.199/0001-46, NIRE 42102773267, com sede na Rua Audi Emilio de Souza, S/N, Centro, em Jaguaruna, estado de Santa Catarina, optante pelo regime de tributação Simples Nacional em 2019, e pelo Lucro Presumido em 2020, e tem como principal operação o ramo de confecção de peças de vestuário.

NOTAS EXPLICATIVAS

Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras inerentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, estão sendo apresentadas em Reais (R\$).

A empresa declara expressamente que a elaboração e apresentação das demonstrações financeiras estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, tomando-se como base a Lei 11.638/07, os termos da NBC TG 1000 aprovada pela Resolução do CFC nº 1255/2009 e a ITG 2000 aprovada pela Resolução do CFC nº 1330 de 18 de março de 2011 que trata da Escrituração Contábil.

A administração da sociedade optou pela contratação de contabilidade terceirizada. Os resultados produzidos são frutos do documental remetido para contabilização, respondendo a administração da sociedade, pela veracidade, integralidade e procedência. A responsabilidade profissional do contabilista que referenda este conjunto de demonstrações financeiras está limitada aos fatos contábeis efetivamente notificados pela administração da empresa a este profissional.

Sumário das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis na elaboração das demonstrações financeiras levam em conta as características qualitativas e quantitativas conforme determina a NBC TG 1000: Compreensibilidade, Competência, Relevância, Materialidade, Confiabilidade, Primazia da Essência sobre a Forma, Prudência, Integralidade, Comparabilidade e Tempestividade, estando assim alinhadas com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A preparação das demonstrações financeiras poderá requerer que a administração faça uso de certas estimativas contábeis que possam afetar valores reportados de ativos e passivos. Também, se necessário poderá promover a divulgação de ativos e passivos contingentes na data das demonstrações financeiras.

A entidade elabora suas demonstrações financeiras, usando o regime contábil de competência. No regime de competência os itens são reconhecidos como ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas ou despesas quando satisfazem as definições e critérios de reconhecimento para esses itens.

Classificação de Itens Circulantes e Não Circulantes

No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização até o final do exercício seguinte são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização posterior ao exercício seguinte são classificados como itens não circulantes.

Caixa e Equivalentes de Caixa

São classificados como caixa e equivalentes de caixa, numerário em poder da empresa, depósitos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez.

Contas a Receber de Clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da empresa. As contas a receber de clientes, inicialmente, são reconhecidas pelo valor nominal da fatura. Se a administração da sociedade encontrar evidências de perdas estimadas com créditos a receber a entidade reconhece imediatamente uma redução ao valor recuperável no resultado.

Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é determinado usando o método do custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas. O valor de estoque reconhecido como custo no período em 2020 foi de R\$ 260.404,58, e em 2019 foi de R\$ 770.670,35.

Imobilizado

O ativo imobilizado está avaliado pelo custo original de aquisição e registrado pelo valor líquido dos tributos recuperáveis, e a contrapartida está

registrada em impostos a recuperar. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do mesmo possa ser mensurado com segurança.

O valor contábil de itens substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais preto reflete o padrão de consumo de benefícios futuros incorporados no ativo.

Os valores registrados e as respectivas taxas do ativo imobilizado são as seguintes:

Em 31/12/2020

Imobilizado	Taxa	Custo R\$	Deprec. Acumulada R\$	Valor Líquido R\$
Máquinas e Equipamentos	10%	35.506,94	22.176,20	13.330,74
Móveis e Utensílios	10%	14.418,00	3.831,71	10.586,29
Veículos	20%	96.696,80	96.696,80	0,00

Em 31/12/2019

Imobilizado	Taxa	Custo R\$	Deprec. Acumulada R\$	Valor Líquido R\$
Máquinas e Equipamentos	10%	35.506,94	21.640,04	13.866,90
Móveis e Utensílios	10%	14.418,00	3.110,75	11.307,25
Veículos	20%	96.696,80	96.696,80	0,00

Contas a Pagar aos Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor da fatura. Se o prazo de pagamento for superior a 12 meses ou inferior se relevante, o valor da obrigação a pagar é mensurado pelo custo amortizado aplicando-se o método da taxa de juros efetiva para ajuste a valor presente.

Capital Social

O Capital subscrito e integralizado é de R\$ 10.000,00 (Dez Mil Reais) e está representado por 10.000 (Dez Mil) quotas no valor nominal de R\$ 1,00 (Um Real) cada e estão assim distribuídas:

Em 31/12/2020

Nome dos Sócios	Participação Societária	Quantidade de Quotas	Valor do Capital Social
Albertina Martins Pereira Freccia	100,00%	10.000	R\$ 10.000,00
Total	100,00%	10.000	R\$ 10.000,00

Em 31/12/2019

Nome dos Sócios	Participação Societária	Quantidade de Quotas	Valor do Capital Social
Albertina Martins Pereira Freccia	100,00%	10.000	R\$ 10.000,00
Total	100,00%	10.000	R\$ 10.000,00

2. ANÁLISES ECONÔMICAS – FINANCEIRAS

ANÁLISE ECONÔMICA – FINANCEIRA DE BALANÇO

A elaboração deste Laudo Econômico-Financeiro teve como base as Demonstrações Contábeis apresentada pela empresa **ALBERTINA MARTINS PEREIRA FRECCIA**, referente ao período de JAN 2019 a DEZ 2020.

BALANÇO PATRIMONIAL

A análise de balanços visa relatar, quantitativa e qualitativamente, numa determinada data, a posição patrimonial e financeira da entidade, bem como, as causas que determinaram a evolução apresentada e as tendências futuras.

	2019	A.V.	A.H.	2020	A.V.	A.H.
ATIVO	3.679.997,88d	100,00%	100,00%	3.542.406,26d	100,00%	-3,74%
<u>ATIVO CIRCULANTE</u>	<u>3.654.823,73d</u>	<u>99,32%</u>	<u>100,00%</u>	<u>3.518.423,33d</u>	<u>99,32%</u>	<u>-3,73%</u>
Caixa e Equivalentes de Caixa	719.610,58d	19,55%	100,00%	24.850,95d	0,70%	-96,55%
Caixa	712.388,83d	19,36%	100,00%	23.532,51d	0,66%	-96,70%
Bancos conta movimento	7.221,75d	0,20%	100,00%	1.318,44d	0,04%	-81,74%
Direitos	4.171,99d	0,11%	100,00%	0,00	0,00%	-100,00%
Tributos e contribuições a recuperar	4.171,99d	0,11%	100,00%	0,00	0,00%	100,00%
Estoques	1.996.041,16d	54,24%	100,00%	1.713.572,38d	48,37%	-14,15%
Estoques	1.996.041,16d	54,24%	100,00%	1.713.572,38d	48,37%	-14,15%
Outros Créditos	935.000,00d	25,41%	100,00%	1.780.000,00d	50,25%	90,37%
Empréstimos concedidos	935.000,00d	25,41%	100,00%	1.780.000,00d	50,25%	90,37%
<u>ATIVO NÃO CIRCULANTE</u>	<u>25.174,15</u>	<u>0,68%</u>	<u>100,00%</u>	<u>23.982,93</u>	<u>0,68%</u>	<u>-4,73%</u>
Imobilizado	25.174,15	0,68%	100,00%	23.917,03	0,68%	-4,99%
Imobilizado	25.174,15	0,68%	100,00%	23.917,03	0,68%	-4,99%
Contas de Compensação Ativa	0,00	0,00%	100,00%	65,90d	0,00%	100,00%
Contas de compensação	0,00	0,00%	100,00%	65,90d	0,00%	100,00%

	2019	A.V.	A.H.	2020	A.V.	A.H.
PASSIVO	3.679.997,88c	100,00%	100,00%	3.542.406,26c	100,00%	-3,74%
<u>PASSIVO CIRCULANTE</u>	<u>1.226.081,32c</u>	<u>33,32%</u>	<u>100,00%</u>	<u>1.270.639,93c</u>	<u>35,87%</u>	<u>3,63%</u>
Obrigações de Curto Prazo	700.509,70c	19,04%	100,00%	768.617,92c	21,70%	9,72%
Fornecedores	66.861,57c	1,82%	100,00%	35.914,99c	1,01%	-46,28%
Obrigações trabalhistas e sociais	122.689,79c	3,33%	100,00%	146.305,04c	4,13%	19,25%
Obrigações tributárias	510.958,34c	13,88%	100,00%	586.397,89c	16,55%	14,76%
Empréstimos e Financiamentos	525.571,62c	14,28%	100,00%	502.022,01c	14,17%	-4,48%
Empréstimos e financiamentos	525.571,62c	14,28%	100,00%	502.022,01c	14,17%	-4,48%
<u>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00%</u>	<u>100,00%</u>	<u>65,90c</u>	<u>0,00%</u>	<u>100,00%</u>
Passivo Exigível a Longo Prazo	0,00	0,00%	100,00%	65,90c	0,00%	100,00%
Contas e compensação passiva	0,00	0,00%	100,00%	65,90c	0,00%	100,00%
<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	<u>2.453.916,56c</u>	<u>66,68%</u>	<u>100,00%</u>	<u>2.271.700,43c</u>	<u>64,13%</u>	<u>-7,43%</u>
Capital Social	10.000,00c	0,27%	100,00%	10.000,00c	0,28%	0,00%
Capital Social	10.000,00c	0,27%	100,00%	10.000,00c	0,28%	0,00%
Lucros ou Prejuízos Acumulados	2.443.916,56c	66,41%	100,00%	2.261.700,43c	63,85%	-7,46%
Lucros Acumulados	2.315.761,06c	62,93%	100,00%	2.443.916,56c	68,99%	5,53%
Resultado do Exercício	128.155,50c	3,48%	100,00%	182.216,13d	-5,14%	242,18%

ANÁLISE VERTICAL DO BALANÇO PATRIMONIAL

O objetivo da análise vertical no Balanço Patrimonial é evidenciar através de índices percentuais a representatividade das Contas Contábeis perante seu Ativo ou Passivo total. Nesta, esclarece o comportamento das demonstrações financeiras no decorrer do exercício.

Compõe o Ativo da empresa em 2020 as contas do Ativo Circulante, que correspondem à 99,32% e as contas do Ativo Não Circulante, correspondente a 0,68%. Neste mesmo período, o Estoque da empresa correspondia a 48,37% do Ativo Total.

O Passivo Circulante em 2019 e 2020 representaram 33,32% e 35,87% do Passivo Total da empresa. Neste mesmo período, o Patrimônio Líquido correspondia a 66,68% e 64,13%, respectivamente, demonstrando que a maior parte do Passivo da empresa é vinculado ao seu Capital Próprio, sendo o grupo de Lucros e Prejuízos Acumulados, em maioria, a razão para tal índice.

Verifica-se, também, que o saldo maior das Obrigações de Curto Prazo, encontra-se no grupo Obrigações Tributárias, que corresponde a 13,88% e 16,55%, respectivamente, do Passivo Total.

ANÁLISE HORIZONTAL DO BALANÇO PATRIMONIAL

O objetivo da análise horizontal no Balanço Patrimonial é evidenciar através de índices percentuais a representatividade dos Grupos e Contas Contábeis de um exercício para outro. Neste comparativo, esclarece o crescimento ou a queda de cada rubrica perante o balanço do ano anterior dos exercícios em questão.

Em 2020, identifica-se uma redução de 3,74% no Ativo e Passivo da empresa em comparação ao período anterior. Esta redução encontra-se, em sua maioria, nas contas de Disponibilidades, com uma redução de 96,55% e Estoque, onde verificou-se uma redução de 14,15%. Em contrapartida, a redução do Passivo, deu-se em função da redução de 242,18% no Resultado do Exercício de 2019 para 2020.

Verifica-se, também, uma redução de 46,28% na conta de Fornecedores, o que significa que em 2020 a empresa optou por saldar as dívidas deste grupo.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	2019	A.V.	A.H.	2020	A.V.	A.H.
RECEITA OPERACIONAL	1.639.724,15	100,00%	100,00%	505.639,95	100,00%	-69,16%
Vendas de Produtos	1.639.724,15	100,00%	100,00%	505.639,95	100,00%	-69,16%
DEDUÇÕES DA RECEITA	(177.104,92)	-10,80%	100,00%	(145.939,32)	-28,86%	-17,60%
(-) Devolução de venda de mercadorias	(1.533,92)	-0,09%	100,00%	(12.644,60)	-2,50%	724,33%
(-) ICMS s/ Vendas	(175.571,00)	-10,71%	100,00%	(133.294,72)	-26,36%	-24,08%
(=) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	<u>1.462.619,23</u>	<u>89,20%</u>	<u>100,00%</u>	<u>359.700,63</u>	<u>71,14%</u>	<u>-75,41%</u>
CUSTOS DAS VENDAS	(1.147.956,50)	-70,01%	100,00%	(950.463,55)	-187,97%	-17,20%
Custo dos produtos vendidos	(770.670,35)	-47,00%	100,00%	(260.404,58)	-51,50%	-66,21%
Custos com mão de obra	(377.286,15)	-23,01%	100,00%	(179.793,20)	-35,56%	-52,35%
(=) LUCRO OPERACIONAL BRUTO	<u>314.662,73</u>	<u>19,19%</u>	<u>100,00%</u>	<u>(80.497,15)</u>	<u>-15,92%</u>	<u>-125,58%</u>

DESPESAS OPERACIONAIS	(92.279,58)	-5,63%	100,00%	(91.938,39)	-18,18%	-0,37%
Despesas administrativas	(89.239,41)	-5,44%	100,00%	(90.769,07)	-17,95%	1,71%
Despesas tributárias	(3.040,17)	-0,19%	100,00%	(1.169,32)	-0,23%	-61,54%
<u>(=) RESULTADO ANTES DAS DESPESAS E RECEITAS FINANCEIRAS</u>	<u>222.383,15</u>	<u>13,56%</u>	<u>100,00%</u>	<u>(172.435,54)</u>	<u>-34,10%</u>	-177,54%
DESPESAS FINANCEIRAS	(12.324,24)	-0,75%	100,00%	(9.829,16)	-1,94%	-20,25%
Despesas Financeiras	(12.324,24)	-0,75%	100,00%	(9.829,16)	-1,94%	-20,25%
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS	(81.903,41)	-4,99%	100,00%	48,57	0,01%	-100,06%
Outras receitas operacionais	100,45	0,01%	100,00%	48,57	0,01%	-51,65%
Outras despesas operacionais	(82.003,86)	-5,00%	100,00%	0,00	0,00%	-100,00%
<u>(=) PREJUÍZO DO EXERCÍCIO</u>	<u>(128.155,50)</u>	<u>-7,82%</u>	<u>100,00%</u>	<u>(182.216,13)</u>	<u>-36,04%</u>	42,18%

Verifica-se que em 2020 a empresa apresentou um aumento de 42,18% na conta de Prejuízo, isso decorrente da redução em suas receitas em 69,16%, mas, em contrapartida, uma redução de somente 17,20% em seus custos e 0,37% em suas despesas, mostrando que a queda nos custos não acompanhou a queda nas receitas.

3. ÍNDICES ECONÔMICOS E FINANCEIROS

Através dos índices financeiros pode se avaliar a empresa sob vários aspectos, podendo então tirar conclusões das causas de sucesso e insucesso. Com esta constatação e possível elaborar um plano de ação para maximizar os resultados, buscando eliminar os pontos críticos, e buscando fortalecer cada vez mais dos pontos favoráveis.

ANÁLISE DE LIQUIDEZ

Os índices de liquidez têm por objetivo avaliar a saúde financeira e sua estrutura de capitais, a capacidade de pagamento da empresa em relação as suas obrigações. A base = 1 ou <1 indica que sua liquidez é favorável, uma vez que, consegue sanar suas obrigações.

Os índices apresentaram liquidez corrente e geral bastante favorável, ou seja, a empresa possui recurso para sanar suas obrigações a curto e longo prazo. Todavia, sua capacidade de pagamento concentra-se na liquidação dos Estoques e no recebimento de Empréstimos Concedidos, desta forma, demonstra que a Liquidez Imediata da empresa é baixa, ou seja, suas Disponibilidades são insuficientes para sanar suas Obrigações do Curto Prazo.

		2019		2020	
Liquidez Corrente	Ativo Circulante	3.654.823,73	= 2,981	3.518.423,33	= 2,769
	Passivo Circulante	1.226.081,32		1.270.639,93	
Liquidez Geral	Ativo Circulante + Realizável a LP	3.654.823,73 + 0,00	= 2,981	3.518.423,33 + 0,00	= 2,769
	Passivo Circulante + Exigível a LP	1.226.081,32 + 0,00		1.270.639,93 + 0,00	
Liquidez Seca	Ativo Circulante - Estoques	3.654.823,73 - 1.996.041,16	= 1,353	3.518.423,33 + 1.713.572,38	= 1,420
	Passivo Circulante	1.226.081,32		1.270.639,93	
Liquidez Imediata	Disponível	719.610,58	= 0,587	24.850,95	= 0,020
	Passivo Circulante	1.226.081,32		1.270.639,93	
Solvência Geral	Ativo Total	3.679.997,88	= 3,001	3.542.406,26	= 2,788
	Passivo Circulante + Exigível a LP	1.226.081,32 + 0,00		1.270.639,93 + 0,00	

ANÁLISE DE ATIVIDADES

Os índices de atividade mensuram a rapidez com que várias contas são convertidas em vendas, ou caixa.

		2019		2020	
Giro do Ativo	Vendas Líquidas	1.462.619,23	0,397	359.700,63	0,102
	Ativo Total	3.679.997,88		3.542.406,26	
Giro Anual de Estoque	Custo das Vendas	1.147.956,50	0,575	440.197,78	0,257
	Estoque	1.996.041,16		1.713.572,38	
Giro dos Ativos Imobilizados	Vendas	1.639.724,15	65,135	505.639,95	21,141
	Ativos Imobilizados Líquidos	25.174,15		23.917,03	
Aplicação em Estoques	Estoque	1.996.041,16	0,822	1.713.572,38	0,762
	Capital de Giro Próprio	2.428.742,41		2.247.783,40	
Aplicação em Contas a Receber	Duplicatas a Receber	0,00	0,000	0,00	0,000
	Capital de Giro Próprio	2.428.742,41		2.247.783,40	
Índice de Capacidade de Geração de Lucros	Lucro antes do Juros e Impostos (LAJIR)	222.383,15	0,060	-172.435,54	-0,049
	Ativo Total	3.679.997,88		3.542.406,26	

CICLO FINANCEIRO

Os índices de ciclo financeiro mensuram o tempo decorrido para a empresa girar seu estoque, receber de clientes e pagar seus fornecedores.

O índice demonstra que o prazo médio de pagamento é maior que o de recebimento, por conseguinte, tal situação permite que a empresa tenha uma melhor organização no fluxo de seus pagamentos.

		2019		2020	
Giro do Contas a Receber	Receita Bruta Clientes	$\frac{1.639.724,15}{0,00}$	= 0,00	$\frac{505.639,95}{0,00}$	= 0,00
PME (Prazo Médio de Estoque)	Estoques Custo da Mercadoria Vendida	$\frac{1.996.041,16}{1.147.956,50}$	x 360,00 = 625,96	$\frac{1.713.572,38}{440.197,78}$	x 360,00 = 1.401,38
PMR (Prazo Médio de Recebimentos)	Duplicatas a Receber Vendas	$\frac{0,00}{1.639.724,15}$	x 360,00 = 0,00	$\frac{0,00}{505.639,95}$	x 360,00 = 0,00
PMP (Prazo Médio de Pagamentos)	Fornecedores Compras	$\frac{66.861,57}{688.458,93}$	x 360,00 = 34,96	$\frac{35.914,99}{40.504,76}$	x 360,00 = 319,21
Ciclo Financeiro	PME + PMR - PMP	= 625,96 + 0,00 - 34,96 = 591,00		1.401,38 + 0,00 - 319,21 = 1.082,18	
Ciclo Operacional	PME + PMR	= 1.632,29 + 0,00 = 625,96		1.401,38 + 0,00 = 1.401,38	

ANÁLISE DE ENDIVIDAMENTO

Os índices de endividamento demonstram como os ativos estão sendo financiados: Capital próprio x Terceiros e qual a relação entre essas duas fontes de recursos

		2019		2020	
Endividamento a Curto Prazo	Passivo Circulante	1.226.081,32	=	1.270.639,93	=
	Patrimônio Líquido	2.453.916,56		0,500	
Capital de terceiros/Capital Próprio	Capital de terceiros	592.433,19	=	537.937,00	=
	Patrimônio Líquido	2.453.916,56		0,241	
Grau de Endividamento Tributário	Obrigações Tributárias	499.170,17	=	556.831,45	=
	Patrimônio Líquido	2.453.916,56		0,203	
Grau de Endividamento Mercantil	Obrigações Mercantil	66.861,57	=	35.914,99	=
	Patrimônio Líquido	2.453.916,56		0,027	
Composição do Endividamento	Passivo Circulante	1.226.081,32	=	1.270.639,93	=
	Passivo Circulante + Exigível a LP	1.226.081,32 + 0,00		1,000	
Endividamento Geral	Passivo Circulante + Exigível a LP	1.226.081,32 + 0,00	=	1.270.639,93 + 0,00	=
	Ativo Total	3.679.997,88		0,333	
Imobilização do PL	Imobilizado	25.174,15	=	23.917,03	=
	Patrimônio Líquido	2.453.916,56		0,010	

**HENRIQUE
DE SOUZA
MENDES:
05114863916**

Assinado digitalmente por HENRIQUE DE
SOUZA MENDES:05114863916
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da
Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB
e-CPF A3, OU=AC SERASA RFB v5,
OU=00100997000828, OU=AR JOINVILLE,
CN=HENRIQUE DE SOUZA MENDES:
05114863916
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização: sua localização de assinatura
aqui
Data: 2021.08.12 18:02:02-03'00'
Foxit Reader Versão: 10.1.0

HENRIQUE DE SOUZA MENDES

Contador

CRC/SC 035115/O-0

AVALIAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A empresa ROBERTO BRUNATO FRECCIA LTDA é uma sociedade empresária limitada, inscrita no CNPJ sob o nº 05.694.429/0001-40, NIRE 42206057321, com sede na Rua Benjamin Medeiros de Souza, Beija Flor, em Jaguaruna, estado de Santa Catarina, optante pelo regime de tributação Simples Nacional em 2019, e pelo Lucro Presumido em 2020, e tem como principal operação o ramo de confecção de peças de vestuário.

NOTAS EXPLICATIVAS

Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras inerentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 estão sendo apresentadas em Reais (R\$).

A empresa declara expressamente que a elaboração e apresentação das demonstrações financeiras estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, tomando-se como base a Lei 11.638/07, os termos da NBC TG 1000 aprovada pela Resolução do CFC nº 1255/2009 e a ITG 2000 aprovada pela Resolução do CFC nº 1330 de 18 de março de 2011 que trata da Escrituração Contábil.

A administração da sociedade optou pela contratação de contabilidade terceirizada. Os resultados produzidos são frutos do documental remetido para contabilização, respondendo a administração da sociedade, pela veracidade, integralidade e procedência. A responsabilidade profissional do contabilista que referenda este conjunto de demonstrações financeiras está limitada aos fatos contábeis efetivamente notificados pela administração da empresa a este profissional.

Sumário das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis na elaboração das demonstrações financeiras levam em conta as características qualitativas e quantitativas conforme determina a NBC TG 1000: Compreensibilidade, Competência, Relevância, Materialidade, Confiabilidade, Primazia da Essência sobre a Forma, Prudência, Integralidade, Comparabilidade e Tempestividade, estando assim alinhadas com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A preparação das demonstrações financeiras poderá requerer que a administração faça uso de certas estimativas contábeis que possam afetar valores reportados de ativos e passivos. Também, se necessário poderá promover a divulgação de ativos e passivos contingentes na data das demonstrações financeiras.

A entidade elabora suas demonstrações financeiras, usando o regime contábil de competência. No regime de competência os itens são reconhecidos como ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas ou despesas quando satisfazem as definições e critérios de reconhecimento para esses itens.

Classificação de Itens Circulantes e Não Circulantes

No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização até o final do exercício seguinte são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização posterior ao exercício seguinte são classificados como itens não circulantes.

Caixa e Equivalentes de Caixa

São classificados como caixa e equivalentes de caixa, numerário em poder da empresa, depósitos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez.

Contas a Receber de Clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da empresa. As contas a receber de clientes, inicialmente, são reconhecidas pelo valor nominal da fatura. Se a administração da sociedade encontrar evidências de perdas estimadas com créditos a receber a entidade reconhece imediatamente uma redução ao valor recuperável no resultado.

Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é determinado usando o método do custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas. O valor de estoque reconhecido como custo no período em 2020 foi de R\$ 157.486,42 e em 2019 foi de R\$ 446.812,72.

Imobilizado

O ativo imobilizado está avaliado pelo custo original de aquisição e registrado pelo valor líquido dos tributos recuperáveis, e a contrapartida está registrada em impostos a recuperar. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do mesmo possa ser mensurado com segurança.

O valor contábil de itens substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais preto reflete o padrão de consumo de benefícios futuros incorporados no ativo.

Os valores registrados e as respectivas taxas do ativo imobilizado são as seguintes:

Em 31/12/2020

Imobilizado	Taxa	Custo R\$	Deprec. Acumulada R\$	Valor Líquido R\$
Cessão de uso espaço comercial	10%	160.000,00	160.000,00	0,00
Computadores e periféricos	10%	48.288,53	48.288,53	0,00
Máquinas e equipamentos	10%	391.877,08	335.115,77	56.761,31
Móveis e utensílios	10%	4.064,00	2.618,40	1.445,60
Veículos	20%	214.675,04	214.675,04	0,00

Em 31/12/2019

Imobilizado	Taxa	Custo R\$	Deprec. Acumulada R\$	Valor Líquido R\$
Cessão de uso espaço comercial	10%	160.000,00	160.000,00	0,00
Computadores e periféricos	10%	48.288,53	42.233,42	6.055,11
Máquinas e equipamentos	10%	391.877,08	303.594,89	88.282,19
Móveis e utensílios	10%	4.064,00	2.274,12	1.789,88
Veículos	20%	214.675,04	214.675,04	0,00

Contas a Pagar aos Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor da fatura. Se o prazo de pagamento for superior a 12 meses ou inferior se relevante, o valor da obrigação a pagar é mensurado pelo custo amortizado aplicando-se o método da taxa de juros efetiva para ajuste a valor presente.

Capital Social

O Capital Social subscrito e integralizado é de R\$ 20.000,00 (Vinte Mil Reais) e está representado por 20.000 (Vinte Mil) quotas no valor nominal de R\$ 1,00 (Um Real) cada e assim distribuídas:

Em 31/12/2020

Nome dos Sócios	Participação Societária	Quantidade de Quotas	Valor do Capital Social
Roberto Brunato Freccia	100,00%	20.000	R\$ 20.000,00
Total	100,00%	20.000	R\$ 20.000,00

Em 31/12/2019

Nome dos Sócios	Participação Societária	Quantidade de Quotas	Valor do Capital Social
Roberto Brunato Freccia	50,00%	10.000	R\$ 10.000,00
Andresa Pereira Freccia	25,00%	5.000	R\$ 5.000,00
Sofia Pereira Freccia	25,00%	5.000	R\$ 5.000,00
Total	100,00%	20.000	R\$ 20.000,00

2. ANÁLISES ECONÔMICAS – FINANCEIRAS

ANÁLISE ECONÔMICA – FINANCEIRA DE BALANÇO

A elaboração deste Laudo Econômico-Financeiro teve como base as Demonstrações Contábeis apresentada pela empresa **ROBERTO BRUNATO FRECCIA LTDA**, referente ao período de JAN 2019 a DEZ 2020.

BALANÇO PATRIMONIAL

A análise de balanços visa relatar, quantitativa e qualitativamente, numa determinada data, a posição patrimonial e financeira da entidade, bem como, as causas que determinaram a evolução apresentada e as tendências futuras.

	2019	A.V.	A.H.	2020	A.V.	A.H.
ATIVO	9.423.503,41d	100,00%	100,00%	10.005.203,87d	100,00%	6,17%
<u>ATIVO CIRCULANTE</u>	<u>7.061.039,77d</u>	<u>74,93%</u>	<u>100,00%</u>	<u>6.832.368,05d</u>	<u>68,29%</u>	<u>-3,24%</u>
Caixa e Equivalentes de Caixa	175.775,00d	1,87%	100,00%	111.146,49d	1,11%	-36,77%
Caixa	68.821,15d	0,73%	100,00%	8.271,80d	0,08%	-87,98%
Bancos conta movimento	106.953,85d	1,13%	100,00%	102.874,69d	1,03%	-3,81%
Direitos	95.959,62d	1,02%	100,00%	268.736,11d	2,69%	180,05%
Clientes	95.959,62d	1,02%	100,00%	89.426,99d	0,89%	-6,81%
Tributos e contribuições a recuperar	0,00	0,00%	100,00%	179.309,12d	1,79%	100,00%
Estoques	6.789.305,15d	72,05%	100,00%	6.452.485,45d	64,49%	-4,96%
Estoques	6.789.305,15d	72,05%	100,00%	6.452.485,45d	64,49%	-4,96%
<u>ATIVO NÃO CIRCULANTE</u>	<u>2.362.463,64</u>	<u>25,07%</u>	<u>100,00%</u>	<u>3.172.835,82</u>	<u>31,71%</u>	<u>34,30%</u>
Imobilizado	96.127,18	1,02%	100,00%	58.206,91	0,58%	-39,45%
Imobilizado	96.127,18	1,02%	100,00%	58.206,91	0,58%	-39,45%
Contas de Compensação Ativa	2.266.336,46d	24,05%	100,00%	3.114.628,91d	31,13%	37,43%
Contas de compensação	2.266.336,46d	24,05%	100,00%	3.114.628,91d	31,13%	37,43%

	2019	A.V.	A.H.	2020	A.V.	A.H.
PASSIVO	9.423.503,41c	100,00%	100,00%	10.005.203,87c	100,00%	6,17%
<u>PASSIVO CIRCULANTE</u>	<u>4.342.155,48c</u>	<u>46,08%</u>	<u>100,00%</u>	<u>4.792.750,82c</u>	<u>47,90%</u>	<u>10,38%</u>
Obrigações de Curto Prazo	3.559.213,84c	37,77%	100,00%	3.641.821,35c	36,40%	2,32%
Fornecedores	2.065.058,14c	21,91%	100,00%	2.021.101,96c	20,20%	-2,13%
Obrigações trabalhistas e sociais	693.316,35c	7,36%	100,00%	817.155,64c	8,17%	17,86%
Obrigações tributárias	393.287,18c	4,17%	100,00%	415.979,89c	4,16%	5,77%
Parcelamentos tributários e sociais	407.552,17c	4,32%	100,00%	387.583,86c	3,87%	-4,90%
Empréstimos e Financiamentos	782.941,64c	8,31%	100,00%	1.150.929,47c	11,50%	47,00%
Empréstimos e financiamentos	782.941,64c	8,31%	100,00%	1.150.929,47c	11,50%	47,00%
<u>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</u>	<u>2.266.336,46c</u>	<u>24,05%</u>	<u>100,00%</u>	<u>3.114.628,91c</u>	<u>31,13%</u>	<u>37,43%</u>
Passivo Exigível a Longo Prazo	2.266.336,46c	24,05%	100,00%	3.114.628,91c	31,13%	37,43%
Contas e compensação passiva	2.266.336,46c	24,05%	100,00%	3.114.628,91c	31,13%	37,43%
<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	<u>2.815.011,47c</u>	<u>29,87%</u>	<u>100,00%</u>	<u>2.097.824,14c</u>	<u>20,97%</u>	<u>-25,48%</u>
Capital Social	20.000,00c	0,21%	100,00%	20.000,00c	0,20%	0,00%
Capital Social	20.000,00c	0,21%	100,00%	20.000,00c	0,20%	0,00%
Lucros ou Prejuízos Acumulados	2.795.011,47c	29,66%	100,00%	2.077.824,14c	20,77%	-25,66%
Lucros Acumulados	4.414.474,55c	46,85%	100,00%	2.795.011,47c	27,94%	-36,69%
Prejuízo do Exercício	1.619.463,08d	-17,19%	100,00%	717.187,33d	-7,17%	-55,71%

ANÁLISE VERTICAL DO BALANÇO PATRIMONIAL

O objetivo da análise vertical no Balanço Patrimonial é evidenciar através de índices percentuais a representatividade das Contas Contábeis perante seu Ativo ou Passivo total. Nesta, esclarece o comportamento das demonstrações financeiras no decorrer do exercício.

Compõe o Ativo da empresa em 2020 as contas do Ativo Circulante, que correspondem à 68,22% e as contas do Ativo Não Circulante, correspondente a 31,78%. Neste mesmo período, o Estoque da empresa correspondia a 64,49% do Ativo Total.

As Obrigações de Curto Prazo em 2019 e 2020 representaram 37,77% e 36,40% do Passivo Total da empresa, respectivamente, mostrando que suas obrigações se encontram em maioria no Curto Prazo. Verifica-se, também, que o saldo maior das Obrigações, encontra-se no grupo Fornecedores,

que corresponde a 21,91% e 20,20%, respectivamente, do Passivo Total.

Em 2020 o Patrimônio Líquido da empresa representava 20,97% do Passivo Total, sendo o grupo de Lucros e Prejuízos Acumulados, em maioria, a razão para tal índice.

ANÁLISE HORIZONTAL DO BALANÇO PATRIMONIAL

O objetivo da análise horizontal no Balanço Patrimonial é evidenciar através de índices percentuais a representatividade dos Grupos e Contas Contábeis de um exercício para outro. Neste comparativo, esclarece o crescimento ou a queda de cada rubrica perante o balanço do ano anterior dos exercícios em questão.

Em 2020, identifica-se um aumento de 6,17% no Ativo em comparação ao período anterior. Este aumento encontra-se, em sua maioria, nas contas de Tributos e Contribuições a Recuperar, com um aumento de 100% e nas Contas de Compensação, onde verificou-se um crescimento de 37,43%.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	2019	A.V.	A.H.	2020	A.V.	A.H.
RECEITA OPERACIONAL	893.625,45	100,00%	100,00%	306.419,38	100,00%	-65,71%
Vendas de Produtos	893.625,45	100,00%	100,00%	306.419,38	100,00%	-65,71%
DEDUÇÕES DA RECEITA	(133.807,27)	-14,97%	100,00%	(60.805,73)	-19,84%	-54,56%
(-) Devoluções	0,00	0,00%	100,00%	(20.528,60)	-6,70%	100,00%
(-) Tributos	(133.807,27)	-14,97%	100,00%	(40.277,13)	-13,14%	-69,90%
(=) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	<u>759.818,18</u>	<u>85,03%</u>	<u>100,00%</u>	<u>245.613,65</u>	<u>80,16%</u>	<u>-67,67%</u>
CUSTOS DAS VENDAS	(1.465.816,30)	-164,03%	100,00%	(816.975,57)	-266,62%	-44,26%
Custo dos produtos vendidos	(513.422,65)	-57,45%	100,00%	(189.007,30)	-61,68%	-63,19%
Custos com mão de obra	(952.393,65)	-106,58%	100,00%	(627.968,27)	-204,94%	-34,06%
(=) LUCRO OPERACIONAL BRUTO	<u>(705.998,12)</u>	<u>-79,00%</u>	<u>100,00%</u>	<u>(571.361,92)</u>	<u>-186,46%</u>	<u>-19,07%</u>

DESPESAS OPERACIONAIS	(817.894,11)	-91,53%	100,00%	(86.927,54)	-28,37%	-89,37%
Despesas administrativas	(512.817,76)	-57,39%	100,00%	(51.378,74)	-16,77%	-89,98%
Despesas com vendas	(174.869,86)	-19,57%	100,00%	(33.757,94)	-11,02%	-80,70%
Despesas tributárias	(130.206,49)	-14,57%	100,00%	(1.790,86)	-0,58%	-98,62%
<u>(=) RESULTADO ANTES DAS DESPESAS E RECEITAS FINANCEIRAS</u>	<u>(1.523.892,23)</u>	<u>-170,53%</u>	<u>100,00%</u>	<u>(658.289,46)</u>	<u>-214,83%</u>	<u>-56,80%</u>
DESPESAS FINANCEIRAS	(96.064,40)	-10,75%	100,00%	(58.897,87)	-19,22%	-38,69%
Receitas Financeiras	0,00	0,00%	100,00%	1.554,45	0,51%	100,00%
Despesas Financeiras	(96.064,40)	-10,75%	100,00%	(60.452,32)	-19,73%	-37,07%
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS	493,55	0,06%	100,00%	0,00	0,00%	-100,00%
Outras receitas operacionais	493,55	0,06%	100,00%	0,00	0,00%	-100,00%
Outras despesas operacionais	0,00	0,00%	100,00%	0,00	0,00%	0,00%
<u>(=) PREJUÍZO DO EXERCÍCIO</u>	<u>(1.619.463,08)</u>	<u>-181,22%</u>	<u>100,00%</u>	<u>(717.187,33)</u>	<u>-234,05%</u>	<u>-55,71%</u>

Verifica-se que em 2020 a empresa apresentou uma redução de 55,71% na conta de Prejuízo, isso decorrente da redução em suas despesas operacionais em 89,37%, e em suas despesas financeiras em 38,69%.

Também se observa que houve uma redução de 65,71% em suas receitas acompanhada de uma redução de 44,26% em seu custo.

3. ÍNDICES ECONÔMICOS E FINANCEIROS

Através dos índices financeiros pode se avaliar a empresa sob vários aspectos, podendo então tirar conclusões das causas de sucesso e insucesso. Com esta constatação e possível elaborar um plano de ação para maximizar os resultados, buscando eliminar os pontos críticos, e buscando fortalecer cada vez mais dos pontos favoráveis.

ANÁLISE DE LIQUIDEZ

Os índices de liquidez têm por objetivo avaliar a saúde financeira e sua estrutura de capitais, a capacidade de pagamento da empresa em relação as suas obrigações. A base = 1 ou <1 indica que sua liquidez é favorável, uma vez que, consegue sanar suas obrigações.

Os índices apresentaram liquidez corrente e geral bastante favorável, ou seja, a empresa possui recurso para sanar suas obrigações a curto e longo prazo. Todavia, sua capacidade de pagamento concentra-se na liquidação dos Estoques e no recebimento de Duplicatas a Receber, desta forma, demonstra que a Liquidez Imediata da empresa é baixa, ou seja, suas Disponibilidades são insuficientes para sanar suas Obrigações do Curto Prazo.

		2019		2020	
Liquidez Corrente	Ativo Circulante	7.061.039,77	1,626	6.832.368,05	1,426
	Passivo Circulante	4.342.155,48		4.792.750,82	
Liquidez Geral	Ativo Circulante + Realizável a LP	7.061.039,77 + 0,00	1,626	6.832.368,05 + 0,00	1,426
	Passivo Circulante + Exigível a LP	4.342.155,48 + 2.266.336,46		4.792.750,82 + 3.114.628,91	
Liquidez Seca	Ativo Circulante - Estoques	7.061.039,77 + 6.789.305,15	0,063	6.832.368,05 + 6.452.485,45	0,079
	Passivo Circulante	4.342.155,48		4.792.750,82	
Liquidez Imediata	Disponível	175.775,00	0,040	111.146,49	0,023
	Passivo Circulante	4.342.155,48		4.772.750,82	
Solvência Geral	Ativo Total	9.423.503,41	1,426	10.005.203,87	1,265
	Passivo Circulante + Exigível a LP	4.342.155,48 + 2.266.336,46		4.792.750,82 + 3.114.628,91	

ANÁLISE DE ATIVIDADES

Os índices de atividade mensuram a rapidez com que várias contas são convertidas em vendas, ou caixa.

		2019		2020	
Giro do Ativo	Vendas Líquidas	759.818,18	=	245.613,65	=
	Ativo Total	9.423.503,41		10.005.203,87	
Giro Anual de Estoque	Custo das Vendas	1.465.816,30	=	816.975,57	=
	Estoques	6.789.305,15		6.452.485,45	
Giro dos Ativos Imobilizados	Vendas	893.625,45	=	306.419,38	=
	Ativos Imobilizados Líquidos	96.127,18		58.206,91	
Aplicação em Estoques	Estoques	6.789.305,15	=	6.452.485,45	=
	Capital de Giro Próprio	2.718.884,29		2.039.617,23	
Aplicação em Contas a Receber	Duplicatas a Receber	95.959,62	=	89.426,99	=
	Capital de Giro Próprio	2.815.011,47		2.039.617,23	
Índice de Capacidade de Geração de Lucros	Lucro antes do Juros e Impostos (LAJIR)	-1.523.892,23	=	-658.289,46	=
	Ativo Total	9.423.503,41		10.005.203,87	

CICLO FINANCEIRO

Os índices de ciclo financeiro mensuram o tempo decorrido para a empresa girar seu estoque, receber de clientes e pagar seus fornecedores.

O índice demonstra que o prazo médio de pagamento é maior que o de recebimento, por conseguinte, tal situação permite que a empresa tenha uma melhor organização no fluxo de seus pagamentos.

		2019		2020	
Giro do Contas a Receber	$\frac{\text{Receita Bruta}}{\text{Clientes}} = \frac{893.625,45}{89.426,99} = 9,99$			$\frac{306.419,38}{95.959,62} = 3,19$	
PME (Prazo Médio de Estoque)	$\frac{\text{Estoques}}{\text{Custo da Mercadoria Vendida}} = \frac{6.789.305,15}{1.465.816,30} \times 360 = 1.667,43$			$\frac{6.452.485,45}{816.975,57} \times 360 = 2.843,29$	
PMR (Prazo Médio de Recebimentos)	$\frac{\text{Duplicatas a Receber}}{\text{Vendas}} = \frac{89.426,99}{893.625,45} \times 360 = 36,03$			$\frac{95.959,62}{306.419,38} \times 360 = 112,74$	
PMP (Prazo Médio de Pagamentos)	$\frac{\text{Fornecedores}}{\text{Compras}} = \frac{2.065.058,14}{849.669,72} \times 360 = 874,95$			$\frac{2.021.101,96}{46.686,85} \times 360 = 15.584,62$	
Ciclo Financeiro	$\text{PME} + \text{PMR} - \text{PMP} = 1.667,43 + 36,03 - 874,95 = 828,51$			$2.843,29 + 112,74 - 15.584,62 = -12.628,59$	
Ciclo Operacional	$\text{PME} + \text{PMR} = 1.667,43 + 38,66 = 1.703,46$			$2.843,29 + 112,74 = 2.956,02$	

ANÁLISE DE ENDIVIDAMENTO

Os índices de endividamento demonstram como os ativos estão sendo financiados: Capital próprio x Terceiros e qual a relação entre essas duas fontes de recursos

		2019		2020	
Endividamento a Curto Prazo	Passivo Circulante	4.342.155,48	=	4.792.750,82	=
	Patrimônio Líquido	2.815.011,47		1,543	
Capital de terceiros/Capital Próprio	Capital de terceiros	2.847.999,78	=	3.172.031,43	=
	Patrimônio Líquido	2.815.011,47		1,012	
Grau de Endividamento Tributário	Obrigações Tributárias	768.480,40	=	758.975,26	=
	Patrimônio Líquido	2.815.011,47		0,273	
Grau de Endividamento Mercantil	Obrigações Mercantil	2.065.058,14	=	2.021.101,96	=
	Patrimônio Líquido	2.815.011,47		0,734	
Composição do Endividamento	Passivo Circulante	4.342.155,48	=	4.792.750,82	=
	Passivo Circulante + Exigível a LP	4.342.155,48 + 2.266.336,46		0,657	
Endividamento Geral	Passivo Circulante + Exigível a LP	4.342.155,48 + 2.266.336,46	=	4.792.750,82 + 3.114.628,91	=
	Ativo Total	9.423.503,41		0,701	
Imobilização do PL	Imobilizado	96.127,18	=	58.206,91	=
	Patrimônio Líquido	2.815.011,47		0,034	

**HENRIQUE
DE SOUZA
MENDES:
05114863916**

Assinado digitalmente por HENRIQUE
DE SOUZA MENDES:05114863916
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria
da Receita Federal do Brasil - RFB,
OU=RFB e-CPF A3, OU=AC SERASA
RFB v5, OU=00100997000828, OU=AR
JOINVILLE, CN=HENRIQUE DE SOUZA
MENDES:05114863916
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização: sua localização de
assinatura aqui
Data: 2021.08.12 17:55:40-03'00'
Foxit Reader Versão: 10.1.0

HENRIQUE DE SOUZA MENDES

Contador

CRC/SC 035115/O-0

AVALIAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A empresa SOFIA FRECCIA CONFECÇÕES LTDA é uma empresa individual de responsabilidade limitada, inscrita no CNPJ sob o nº 24.262.027/0001-10, NIRE 42205430869, com sede na Rua São João Batista, S/N, Morro Grande, em Sangão, estado de Santa Catarina, optante pelo regime de tributação Simples Nacional em 2019 e 2020, e tem como principal operação o ramo de confecção de peças de vestuário.

NOTAS EXPLICATIVAS

Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras inerentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, estão sendo apresentadas em Reais (R\$).

A empresa declara expressamente que a elaboração e apresentação das demonstrações financeiras estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, tomando-se como base a Lei 11.638/07, os termos da NBC TG 1000 aprovada pela Resolução do CFC nº 1255/2009 e a ITG 2000 aprovada pela Resolução do CFC nº 1330 de 18 de março de 2011 que trata da Escrituração Contábil.

A administração da sociedade optou pela contratação de contabilidade terceirizada. Os resultados produzidos são frutos do documental remetido para contabilização, respondendo a administração da sociedade, pela veracidade, integralidade e procedência. A responsabilidade profissional do contabilista que referenda este conjunto de demonstrações financeiras está limitada aos fatos contábeis efetivamente notificados pela administração da empresa a este profissional.

Sumário das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis na elaboração das demonstrações financeiras levam em conta as características qualitativas e quantitativas conforme determina a NBC TG 1000: Compreensibilidade, Competência, Relevância, Materialidade, Confiabilidade, Primazia da Essência sobre a Forma, Prudência, Integralidade, Comparabilidade e Tempestividade, estando assim alinhadas com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A preparação das demonstrações financeiras poderá requerer que a administração faça uso de certas estimativas contábeis que possam afetar valores reportados de ativos e passivos. Também, se necessário poderá promover a divulgação de ativos e passivos contingentes na data das demonstrações financeiras.

A entidade elabora suas demonstrações financeiras, usando o regime contábil de competência. No regime de competência os itens são reconhecidos como ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas ou despesas quando satisfazem as definições e critérios de reconhecimento para esses itens.

Classificação de Itens Circulantes e Não Circulantes

No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização até o final do exercício seguinte são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização posterior ao exercício seguinte são classificados como itens não circulantes.

Caixa e Equivalentes de Caixa

São classificados como caixa e equivalentes de caixa, numerário em poder da empresa, depósitos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez.

Contas a Receber de Clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da empresa. As contas a receber de clientes, inicialmente, são reconhecidas pelo valor nominal da fatura. Se a administração da sociedade encontrar evidências de perdas estimadas com créditos a receber a entidade reconhece imediatamente uma redução ao valor recuperável no resultado.

Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é determinado usando o método do custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas. O valor de estoque reconhecido como custo no período em 2020 foi de R\$ 187.381,80, e em 2019 foi de R\$ 280.378,78.

Imobilizado

O ativo imobilizado está avaliado pelo custo original de aquisição e registrado pelo valor líquido dos tributos recuperáveis, e a contrapartida está registrada em impostos a recuperar. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do mesmo possa ser

mensurado com segurança.

O valor contábil de itens substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais preto reflete o padrão de consumo de benefícios futuros incorporados no ativo.

Os valores registrados e as respectivas taxas do ativo imobilizado são as seguintes:

Em 31/12/2020

Imobilizado	Taxa	Custo R\$	Deprec. Acumulada R\$	Valor Líquido R\$
Máquinas e Equipamentos	10%	5.598,00	1.773,08	3.824,92
Computadores e Periféricos	10%	5.708,00	4.484,80	1.223,20

Em 31/12/2019

Imobilizado	Taxa	Custo R\$	Deprec. Acumulada R\$	Valor Líquido R\$
Máquinas e Equipamentos	10%	35.506,94	21.640,04	13.866,90
Computadores e Periféricos	10%	5.708,00	4.028,80	1.679,20

Contas a Pagar aos Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor da fatura. Se o prazo de pagamento for superior a 12 meses ou inferior se relevante, o valor da obrigação a pagar é mensurado pelo custo amortizado aplicando-se o método da taxa de juros efetiva para ajuste a valor presente.

Capital Social

O Capital subscrito e integralizado é de R\$ 50.000,00 (Cinquenta Mil Reais) e está representado por 50.000 (Cinquenta Mil) quotas no valor nominal de R\$ 1,00 (Um Real) cada e estão assim distribuídas:

Em 31/12/2020

Nome dos Sócios	Participação Societária	Quantidade de Quotas	Valor do Capital Social
Andresa Pereira Freccia	50,00%	25.000	R\$ 25.000,00
Sofia Pereira Freccia	50,00%	25.000	R\$ 25.000,00
Total	100,00%	50.000	R\$ 50.000,00

Em 31/12/2019

Nome dos Sócios	Participação Societária	Quantidade de Quotas	Valor do Capital Social
Giselly de Souza	1,00%	500	R\$ 500,00
Sofia Pereira Freccia	99,00%	49.500	R\$ 49.500,00
Total	100,00%	50.000	R\$ 50.000,00

2. ANÁLISES ECONÔMICAS – FINANCEIRAS

ANÁLISE ECONÔMICA – FINANCEIRA DE BALANÇO

A elaboração deste Laudo Econômico-Financeiro teve como base as Demonstrações Contábeis apresentada pela empresa **SOFIA FRECCIA CONFECÇÕES LTDA**, referente ao período de JAN 2019 a DEZ 2020.

BALANÇO PATRIMONIAL

A análise de balanços visa relatar, quantitativa e qualitativamente, numa determinada data, a posição patrimonial e financeira da entidade, bem como, as causas que determinaram a evolução apresentada e as tendências futuras.

	2019	A.V.	A.H.	2020	A.V.	A.H.
ATIVO	1.780.306,85d	100,00%	100,00%	1.736.788,97d	100,00%	-2,44%
<u>ATIVO CIRCULANTE</u>	<u>1.774.362,77d</u>	<u>99,67%</u>	<u>100,00%</u>	<u>1.714.756,13d</u>	<u>98,73%</u>	<u>-3,36%</u>
Caixa e Equivalentes de Caixa	9.363,74d	0,53%	100,00%	12.509,22d	0,72%	33,59%
Caixa	9.359,19d	0,53%	100,00%	9.046,45d	0,52%	-3,34%
Bancos conta movimento	4,55d	0,00%	100,00%	3.462,77d	0,20%	76004,84%
Direitos	7.203,19d	0,40%	100,00%	0,00	0,00%	-100,00%
Tributos e contribuições a recuperar	7.203,19d	0,40%	100,00%	0,00	0,00%	100,00%
Estoques	1.757.795,84d	98,74%	100,00%	1.702.246,91d	98,01%	-3,16%
Estoques	1.757.795,84d	98,74%	100,00%	1.702.246,91d	98,01%	-3,16%
<u>ATIVO NÃO CIRCULANTE</u>	<u>5.944,08</u>	<u>0,33%</u>	<u>100,00%</u>	<u>22.032,84</u>	<u>1,27%</u>	<u>270,67%</u>
Imobilizado	5.944,08	0,33%	100,00%	5.048,12	0,29%	-15,07%
Imobilizado	5.944,08	0,33%	100,00%	5.048,12	0,29%	-15,07%
Contas de Compensação Ativa	0,00	0,00%	100,00%	16.984,72d	0,98%	100,00%
Contas de compensação	0,00	0,00%	100,00%	16.984,72d	0,98%	100,00%

	2019	A.V.	A.H.	2020	A.V.	A.H.
PASSIVO	1.780.306,85c	100,00%	100,00%	1.736.788,97c	100,00%	-2,44%
<u>PASSIVO CIRCULANTE</u>	<u>1.910.497,23c</u>	<u>107,31%</u>	<u>100,00%</u>	<u>1.960.392,44c</u>	<u>112,87%</u>	<u>2,61%</u>
Obrigações de Curto Prazo	230.836,65c	12,97%	100,00%	377.795,01c	21,75%	63,66%
Fornecedores	127.200,04c	7,14%	100,00%	204.505,28c	11,77%	60,77%
Obrigações trabalhistas e sociais	52.184,43c	2,93%	100,00%	81.635,00c	4,70%	56,44%
Obrigações tributárias	51.452,18c	2,89%	100,00%	91.654,73c	5,28%	78,14%
Empréstimos e Financiamentos	1.679.660,58c	94,35%	100,00%	1.582.597,43c	91,12%	-5,78%
Empréstimos e financiamentos	1.679.660,58c	94,35%	100,00%	1.582.597,43c	91,12%	-5,78%
<u>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00%</u>	<u>100,00%</u>	<u>16.984,72c</u>	<u>0,98%</u>	<u>100,00%</u>
Passivo Exigível a Longo Prazo	0,00	0,00%	100,00%	16.984,72c	0,98%	100,00%
Contas e compensação passiva	0,00	0,00%	100,00%	16.984,72c	0,98%	100,00%
<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	<u>130.190,38d</u>	<u>-7,31%</u>	<u>100,00%</u>	<u>240.588,19d</u>	<u>-13,85%</u>	<u>84,80%</u>
Capital Social	50.000,00c	2,81%	100,00%	50.000,00c	2,88%	0,00%
Capital Social	50.000,00c	2,81%	100,00%	50.000,00c	2,88%	0,00%
Lucros ou Prejuízos Acumulados	180.190,38d	-10,12%	100,00%	290.588,19d	-16,73%	61,27%
Prejuízos Acumulados	160.705,23d	-9,03%	100,00%	180.190,38d	-10,37%	12,12%
Resultado do Exercício	19.485,15d	-1,09%	100,00%	110.397,81d	-6,36%	466,57%

ANÁLISE VERTICAL DO BALANÇO PATRIMONIAL

O objetivo da análise vertical no Balanço Patrimonial é evidenciar através de índices percentuais a representatividade das Contas Contábeis perante seu Ativo ou Passivo total. Nesta, esclarece o comportamento das demonstrações financeiras no decorrer do exercício.

Compõe o Ativo da empresa em 2020 as contas do Ativo Circulante, que correspondem à 98,73% e as contas do Ativo Não Circulante, correspondente a 1,27%. Neste mesmo período, o Estoque da empresa correspondia a 98,01% do Ativo Total.

O Passivo Circulante em 2019 e 2020 representou 107,31% e 112,87% do Passivo Total da empresa. Neste mesmo período, o Patrimônio Líquido correspondia a -7,31% e -13,85%, respectivamente, demonstrando que a maior parte do Passivo da empresa é vinculado ao grupo de Empréstimos e Financiamentos, em maioria, a razão para tal índice.

Verifica-se, também, que o saldo maior das Obrigações de Curto Prazo, encontra-se no grupo Fornecedores, que corresponde a 11,77% e 7,14%, respectivamente, do Passivo Total.

ANÁLISE HORIZONTAL DO BALANÇO PATRIMONIAL

O objetivo da análise horizontal no Balanço Patrimonial é evidenciar através de índices percentuais a representatividade dos Grupos e Contas Contábeis de um exercício para outro. Neste comparativo, esclarece o crescimento ou a queda de cada rubrica perante o balanço do ano anterior dos exercícios em questão.

Em 2020, identifica-se uma redução de 2,44% no Ativo e Passivo da empresa em comparação ao período anterior. Esta redução encontra-se, em sua maioria, nas contas de Disponibilidades, com uma redução de 33,59% e Estoque, onde verificou-se uma redução de 3,16%. Em contrapartida, a redução do Passivo, deu-se em função da redução de 466,57% no Resultado do Exercício de 2019 para 2020.

Verifica-se, também, um aumento de 60,77% na conta de Fornecedores, o que significa que em 2020 a empresa optou por alavancar as dívidas deste grupo.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	2019	A.V.	A.H.	2020	A.V.	A.H.
RECEITA OPERACIONAL	700.946,95	100,00%	100,00%	463.240,79	100,00%	-33,91%
Vendas de Produtos	700.946,95	100,00%	100,00%	463.240,79	100,00%	-33,91%
DEDUÇÕES DA RECEITA	(54.957,03)	-7,84%	100,00%	(37.063,21)	-8,00%	-32,56%
(-) Simples Nacional	(54.957,03)	-7,84%	100,00%	(37.063,21)	-8,00%	-32,56%
(=) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	<u>645.989,92</u>	<u>92,16%</u>	<u>100,00%</u>	<u>426.177,58</u>	<u>92,00%</u>	<u>-34,03%</u>
CUSTOS DAS VENDAS	(578.836,59)	-82,58%	100,00%	(483.664,30)	-104,41%	-16,44%
Custo dos produtos vendidos	(280.378,78)	-40,00%	100,00%	(187.381,80)	-40,45%	-33,17%
Custos com mão de obra	(298.457,81)	-42,58%	100,00%	(296.282,50)	-63,96%	-0,73%
(=) LUCRO OPERACIONAL BRUTO	<u>67.153,33</u>	<u>9,58%</u>	<u>100,00%</u>	<u>(57.486,72)</u>	<u>-12,41%</u>	<u>-185,61%</u>

DESPESAS OPERACIONAIS	(69.162,49)	-9,87%	100,00%	(30.429,44)	-6,57%	-56,00%
Despesas administrativas	(29.635,71)	-4,23%	100,00%	(29.820,73)	-6,44%	0,62%
Despesas com vendas	(39.526,78)	-5,64%	100,00%	(608,71)	-0,13%	-98,46%
<u>(=) RESULTADO ANTES DAS DESPESAS E RECEITAS FINANCEIRAS</u>	<u>(2.009,16)</u>	<u>-0,29%</u>	<u>100,00%</u>	<u>(87.916,16)</u>	<u>-18,98%</u>	<u>4275,77%</u>
DESPESAS FINANCEIRAS	(17.692,14)	-2,52%	100,00%	(22.751,60)	-4,91%	28,60%
Receitas Financeiras	7.904,74	1,13%	100,00%	0,05	0,00%	-100,00%
Despesas Financeiras	(25.596,88)	-3,65%	100,00%	(22.751,65)	-4,91%	-11,12%
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS	216,15	0,03%	100,00%	269,95	0,06%	24,89%
Outras receitas operacionais	216,15	0,03%	100,00%	269,95	0,06%	24,89%
Outras despesas operacionais	0,00	0,00%	100,00%	0,00	0,00%	0,00%
<u>(=) PREJUÍZO DO EXERCÍCIO</u>	<u>(19.485,15)</u>	<u>-2,78%</u>	<u>100,00%</u>	<u>(110.397,81)</u>	<u>-23,83%</u>	<u>466,57%</u>

Verifica-se que em 2020 a empresa apresentou um aumento de 466,57% na conta de Prejuízo, isso decorrente da redução em suas receitas em 33,91%, mas, em contrapartida, uma redução de somente 16,44% em seus custos e um aumento de 28,60% em suas Despesas Financeiras, mostrando que a queda nos custos não acompanhou a queda nas receitas.

3. ÍNDICES ECONÔMICOS E FINANCEIROS

Através dos índices financeiros pode se avaliar a empresa sob vários aspectos, podendo então tirar conclusões das causas de sucesso e insucesso. Com esta constatação e possível elaborar um plano de ação para maximizar os resultados, buscando eliminar os pontos críticos, e buscando fortalecer cada vez mais dos pontos favoráveis.

ANÁLISE DE LIQUIDEZ

Os índices de liquidez têm por objetivo avaliar a saúde financeira e sua estrutura de capitais, a capacidade de pagamento da empresa em relação as suas obrigações. A base = 1 ou <1 indica que sua liquidez é favorável, uma vez que, consegue sanar suas obrigações.

Os índices da empresa se apresentam desfavoráveis, visto que seus indicadores estão >1, demonstrando que mesmo com sua totalidade de ativos circulantes, ela não conseguirá saldar todas as suas dívidas do Curto Prazo. Mostra também que, sem seu estoque a empresa não consegue quitar nem 1% de suas Obrigações do Passivo Circulante.

		2019		2020	
Liquidez Corrente	Ativo Circulante	1.774.362,77	= 0,929	1.714.756,13	= 0,875
	Passivo Circulante	1.910.497,23		1.960.392,44	
Liquidez Geral	Ativo Circulante + Realizável a LP	1.774.362,77 + 0,00	= 0,929	1.714.756,13 + 0,00	= 0,875
	Passivo Circulante + Exigível a LP	1.910.497,23 + 0,00		1.960.392,44 + 16.984,72	
Liquidez Seca	Ativo Circulante - Estoques	1.774.362,77 + 1.757.795,84	= 0,009	1.714.756,13 + 1.702.246,91	= 0,006
	Passivo Circulante	1.910.497,23		1.960.392,44	
Liquidez Imediata	Disponível	9.363,74	= 0,005	12.509,22	= 0,006
	Passivo Circulante	1.910.497,23		1.960.392,44	
Solvência Geral	Ativo Total	1.780.306,85	= 0,932	1.736.788,97	= 0,878
	Passivo Circulante + Exigível a LP	1.910.497,23 + 0,00		1.960.392,44 + 16.984,72	

ANÁLISE DE ATIVIDADES

Os índices de atividade mensuram a rapidez com que várias contas são convertidas em vendas, ou caixa.

		<u>2019</u>		<u>2020</u>	
Giro do Ativo	Vendas Líquidas	645.989,92	= 0,363	426.177,58	= 0,245
	Ativo Total	1.780.306,85		1.736.788,97	
Giro Anual de Estoque	Custo das Vendas	578.836,59	= 0,329	483.664,30	= 0,284
	Estoques	1.757.795,84		1.702.246,91	
Giro dos Ativos Imobilizados	Vendas	700.946,95	= 117,924	463.240,79	= 91,765
	Ativos Imobilizados Líquidos	5.944,08		5.048,12	
Aplicação em Estoques	Estoques	1.757.795,84	= -12,912	1.702.246,91	= -6,930
	Capital de Giro Próprio	-136.134,46		-245.636,31	
Aplicação em Contas a Receber	Duplicatas a Receber	0,00	= 0,000	0,00	= 0,000
	Capital de Giro Próprio	-136.134,46		-245.636,31	
Índice de Capacidade de Geração de Lucros	Lucro antes do Juros e Impostos (LAJIR)	-2.009,16	= -0,001	-87.916,16	= -0,051
	Ativo Total	1.780.306,85		1.736.788,97	

CICLO FINANCEIRO

Os índices de ciclo financeiro mensuram o tempo decorrido para a empresa girar seu estoque, receber de clientes e pagar seus fornecedores.

O índice demonstra que o prazo médio de pagamento é maior que o de recebimento, por conseguinte, tal situação permite que a empresa tenha uma melhor organização no fluxo de seus pagamentos.

		2019		2020	
Giro do Contas a Receber	$\frac{\text{Receita Bruta}}{\text{Clientes}} = \frac{700.946,95}{0,00} = \mathbf{0,00}$			$\frac{463.240,79}{0,00} = \mathbf{0,00}$	
PME (Prazo Médio de Estoque)	$\frac{\text{Estoques}}{\text{Custo da Mercadoria Vendida}} = \frac{1.757.795,84}{578.836,59} \times 360,00 = \mathbf{1.093,24}$			$\frac{1.702.246,91}{483.664,30} \times 360,00 = \mathbf{1.267,01}$	
PMR (Prazo Médio de Recebimentos)	$\frac{\text{Duplicatas a Receber}}{\text{Vendas}} = \frac{0,00}{700.946,95} \times 360,00 = \mathbf{0,00}$			$\frac{0,00}{463.240,79} \times 360,00 = \mathbf{0,00}$	
PMP (Prazo Médio de Pagamentos)	$\frac{\text{Fornecedores}}{\text{Compras}} = \frac{127.200,04}{632.523,92} \times 360,00 = \mathbf{72,40}$			$\frac{204.505,28}{149.610,33} \times 360,00 = \mathbf{492,09}$	
Ciclo Financeiro	$\text{PME} + \text{PMR} - \text{PMP} = 1.093,24 + 0,00 - 72,40 = \mathbf{1.020,84}$			$1.267,01 + 0,00 - 492,09 = \mathbf{774,92}$	
Ciclo Operacional	$\text{PME} + \text{PMR} = 1.093,24 + 0,00 = \mathbf{1.093,24}$			$1.267,01 + 0,00 = \mathbf{1.267,01}$	

ANÁLISE DE ENDIVIDAMENTO

Os índices de endividamento demonstram como os ativos estão sendo financiados: Capital próprio x Terceiros e qual a relação entre essas duas fontes de recursos

		2019		2020	
Endividamento a Curto Prazo	Passivo Circulante	1.910.497,23	= 14,675	1.960.392,44	= 8,148
	Patrimônio Líquido	130.190,38		240.588,19	
Capital de terceiros/Capital Próprio	Capital de terceiros	1.806.860,62	= 13,879	1.787.102,71	= 7,428
	Patrimônio Líquido	130.190,38		240.588,19	
Grau de Endividamento Tributário	Obrigações Tributárias	48.541,98	= 0,373	85.157,38	= 0,354
	Patrimônio Líquido	130.190,38		240.588,19	
Grau de Endividamento Mercantil	Obrigações Mercantil	127.200,04	= 0,977	204.505,28	= 0,850
	Patrimônio Líquido	130.190,38		240.588,19	
Composição do Endividamento	Passivo Circulante	1.910.497,23	= 1,000	1.960.392,44	= 0,991
	Passivo Circulante + Exigível a LP	1.910.497,23 + 0,00		1.960.392,44 + 16.984,72	
Endividamento Geral	Passivo Circulante + Exigível a LP	1.910.497,23 + 0,00	= 1,073	1.960.392,44 + 16.984,72	= 1,139
	Ativo Total	1.780.306,85		1.736.788,97	
Imobilização do PL	Imobilizado	5.944,08	= 0,046	5.048,12	= 0,021
	Patrimônio Líquido	130.190,38		240.588,19	

**HENRIQUE DE
SOUZA
MENDES:
05114863916**

Assinado digitalmente por HENRIQUE DE
SOUZA MENDES:05114863916
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da
Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB
e-CPF A3, OU=AC SERASA RFB v5,
OU=00100997000828, OU=AR JOINVILLE,
CN=HENRIQUE DE SOUZA MENDES:
05114863916
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização: sua localização de assinatura aqui
Data: 2021.08.12 17:51:47-03'00'
Foxit Reader Versão: 10.1.0

HENRIQUE DE SOUZA MENDES

Contador

CRC/SC 035115/O-0